

# ABORTO E (NÃO) DESEJO DE MATERNIDADE(S): questões para a Psicologia

*Valeska Zanello & Madge Porto (Orgs)*

**1ª EDIÇÃO**

BRASÍLIA - DF  
2016



Conselho  
Federal de  
Psicologia

# XVI PLENÁRIO GESTÃO 2013/2016

## DIRETORIA

**Rogério de Oliveira Silva**

Presidente

**Meire Nunes Viana**

Vice-Presidente

**Vera Lucia Morselli**

Secretária

**Maria da Graça Corrêa Jacques**

Tesoureira

## CONSELHEIROS EFETIVOS

**Madge Porto Cruz**

**Sergio Luis Braghini**

**Lurdes Perez Oberg**

Secretária Região Sudeste

**Dorotéa Albuquerque  
de Cristo**

Secretária Região Norte

## PSICÓLOGOS CONVIDADOS

**Nádia Maria Dourado Rocha**

**Rosano Freire Carvalho**

conselheiros suplentes

**Viviane Moura de**

**Azevedo Ribeiro**

**João Carlos Alchieri**

Suplente Região Nordeste

**Roberto Moraes Cruz**

Suplente Região Sul

## PSICÓLOGOS CONVIDADOS

### SUPLENTES

**Jefferson de Souza Bernardes**

### COLETIVO AMPLIADO

**Ana Maria Jacó-Vilela**

Memórias da Psicologia

**Bárbara de Souza Conte**

Psicoterapia

**Carla Andréa Ribeiro**

Assistência Social

**Luciana Ferreira Ângelo**

Psicologia do Esporte e da Atividade Física

**Marco Aurélio Máximo Prado**

Direitos Humanos

**Raquel Guzzo**

Educação e Assistência Social

**Rodrigo Torres Oliveira**

Psicologia Jurídica

**Silvia Koller**

Relações com a BVS-PSI

**Tânia Grigolo**

Saúde Mental

**Vera Paiva**

Direitos Humanos

### COORDENADOR GERAL

**José Carlos de Paula**

ORGANIZADOR



**1ª EDIÇÃO**

BRASÍLIA - DF  
2016

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte.

**Disponível também em:** [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)

1ª edição – 2016

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO  
Agência Movimento

REVISÃO  
Conselho Federal de Psicologia

CAPA  
Marcelo Coutinho

COORDENAÇÃO GERAL/CFP  
José Carlos de Paula

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
Maria Goes de Mello  
André Martins de Almeida (*Editoração*)

GERÊNCIA TÉCNICA  
Lislly Telles de Barros

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição  
Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2,  
Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília-DF  
(61) 2109-0107  
E-mail: [eventos@cfp.org.br](mailto:eventos@cfp.org.br)  
**[www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)**

Impresso no Brasil – Dezembro de 2016

Catálogo na publicação  
Biblioteca Miguel Cervantes  
Fundação Biblioteca Nacional

Conselho Federal de Aborto e (Não) Desejo de Maternidade(s): questões para a Psicologia / ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge. Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2016. 178p.

ISBN: 978-85-89208-78-9

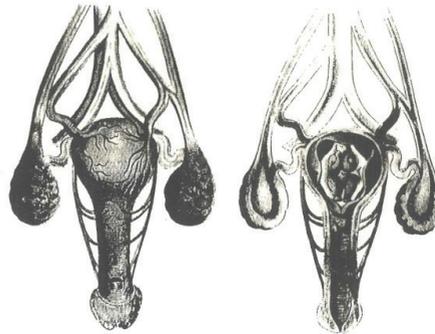
1. Aborto 2. Psicologia 3. Feminismo 4. Saúde da Mulher

# Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia

Valeska Zanello

Segundo Laqueur (2001), a ideia/teoria de uma diferença sexual substantiva e binária-oposta (homem, mulher) nem sempre existiu. O sexo “oposto” é um produto criado no final do século XVIII. Até o século XVII, como demonstrou o autor, o que se buscava eram os aspectos em comum dos órgãos reprodutores masculino e feminino. A base desta percepção era a teoria aristotélica, a qual defendia não haver distinção essencial entre homens e mulheres, mas de graus. Neste sentido, acreditava-se que a mulher era um homem menor, atrofiado, com o pênis embutido. A imagem abaixo, do século XVI, é um exemplo de retratação desta semelhança.

**Figura 1-** Exemplo de retratação dos órgãos genitais femininos, por Georg Bartisch, em 1575. Retirado de [http://jaclynngscrapbook.blogspot.com.br/2011\\_02\\_06\\_archive.html](http://jaclynngscrapbook.blogspot.com.br/2011_02_06_archive.html). Percebe-se claramente o foco sobre a semelhança com o pênis masculino.



Figs. 30–31. On the left are the penislike female organs of generation from Georg Bartisch, *Kunſtbuche* (1575). On the right the front of the uterus is cut away to reveal its contents.

A explicação da diferença de graus entre homens e mulheres era atribuída à presença de maior ou menor quantidade de calor durante a gestação. Neste sentido, como exemplifica Laqueur (2001), existiam relatos críveis de meninas que, ao correr (e por isso, aquecer por demais o corpo), transformavam-se em meninos.

Porém, como apontamos, houve uma grande transformação no século XVIII. A partir deste momento histórico, passou-se a enfatizar as diferenças entre homens e mulheres, e sua oposição. Ao se questionar sobre as razões para tamanha mudança, Laqueur (2001) é taxativo: “A história da representação das diferenças anatômicas entre mulheres e homens é independente das verdadeiras estruturas destes órgãos (...). A ideologia, não a exatidão da observação, determina como eles foram vistos e quais as diferenças importantes” (Laqueur, 2001, p.111).

A “novidade”, neste momento histórico, é a consolidação do capitalismo, o qual trouxe uma grande promessa até então inimaginável nas sociedades europeias: a mobilidade social. No entanto, esta mobilidade se apresentou como possibilidade para os homens e não para as mulheres. Como justificar esta diferença? É neste âmbito que se firma a mudança de enfoque e de percepção da relação entre homens e mulheres. A diferença de “graus” anterior se transformou em verdadeiro abismo. As diferenças físicas passaram agora a serem utilizadas para a construção e a justificativa das desigualdades sociais. Uma das mais importantes foi a que se deu na divisão do espaço público e privado. Novidade essa também trazida pela ascensão do capitalismo usou a diferença física para naturalizar certas performances: dos homens, no espaço público e do trabalho; das mulheres, na maternidade e no âmbito doméstico.

Mas o que queremos dizer com “naturalizou performances na/da maternidade”? A maternidade não é “natural”?

O primeiro ponto que precisamos destrinchar é a relação (não necessária) entre capacidade de procriação e maternagem. Se a primeira ainda é possibilidade de apenas parte da população humana; a segunda é uma habilidade que pode ser desenvolvida em qualquer um(a). O modo como esta habilidade é incitada e em quais sujeito(s) são questões que variam no decorrer da história e, também, com diferenças entre culturas distintas. Neste sentido, a maternidade deve ser pensada como uma construção social.

34 Segundo a autora, em 1780, em Paris, de 21 mil crianças que nasciam anualmente, 19 mil eram enviadas para casas de amas e mil eram amamentadas por amas em suas próprias casas.

35 Com diferenças de “serviço” de acordo com a classe social e possibilidade financeira.

36 Exemplo físico desta ideia era o uso constante e comum de enfaixamento dos bebês no século XVII e e em boa parte do XVIII. Enfaixar a criança era um hábito que se justificava pela necessidade de mantê-la dura, passível de ser pendurada em um prego. O objetivo era proteger a criança de animais em geral e, especificamente, ratos. Ao ficarem muito tempo nesta posição e defecando e urinando sem poder se mexer, muitas iam a óbito.

Com o advento de um outro olhar sobre a infância, sobretudo o interesse político de que as crianças chegassem à vida adulta, foi caindo em desuso a utilização dessas faixas. Por outro lado, a criança, antes imobilizada e que não necessitava de grande atenção, passou a exigir vigília constante e o abandono de outras atividades e interesses pessoais dos adultos, no caso, as mães- cuidadoras “naturais” do rebento.

Badinter (1985) estudou parte das transformações históricas da vivência de maternidade na cultura ocidental, europeia. Segundo a autora, no século XVII e em boa parte do XVIII<sup>34</sup>, foi prática comum e amplamente aceita que mulheres entregassem seus filhos para amas de leite e cuidadoras<sup>35</sup>, e que só voltassem a ver o filho, quando este não morria, em média quatro anos depois. E isso sem que nenhum drama de consciência as perturbasse. De acordo com a autora, dentre outras razões, as mulheres tinham outras prioridades e interesses que o bebê.

É no século XVIII que o olhar sobre a criança se modificou e começou a se configurar a maternidade como um ideal para as mulheres. Mas essa passagem não se deu de maneira amena e foi necessário todo um trabalho de convencimento para que as mulheres abandonassem seus interesses pessoais para se dedicarem a seus rebentos. Nesse momento, vistas como homens menores, as mulheres não possuíam os mesmos direitos políticos que eles. Nem as mesmas regalias e reconhecimento social.

Com a baixa de contingente de pessoas na Europa, em função das mortes provocadas pela fome, doenças e guerra, bem como pelo alto índice de mortalidade infantil, os governantes começaram a exaltar as mulheres para cuidarem de suas crias, pois a elas caberia cuidarem do futuro do Estado. Discurso ideológico, mas altamente sedutor: para quem não tinha direitos, a promessa de algum reconhecimento já parecia grande coisa. Tratava-se, em um primeiro momento, de convencer as mães a amamentarem seus filhos. No entanto, esta tarefa foi se ampliando, com a ajuda da construção de discursos tão ideológicos quanto, porém recobertos ora com uma roupagem religiosa e, posteriormente, com uma roupagem científica (da medicina e, mais tarde, do campo *psi*). Assim, não apenas exigiu-se da mulher amamentar sua cria, mas cada vez mais, no decorrer do tempo, foram solicitadas atividades de educação, formação do caráter, etc.

Quanto mais o filho passou a ocupar o lugar de sua majestade o bebê/rei, mais exigiu-se, com a cumplicidade do pai, que a mãe abrisse mão de suas aspirações como pessoa<sup>36</sup> (Badinter, 1985). Houve uma associação ideológica das palavras “amor” e “materno”, “que significa não só a promoção do sentimento, como também da mulher enquanto mãe” (Badinter, 1985, p. 146). A tática, como apon-

tamos, ao invés de vir pela punição ou obrigação, veio pela sedução: elogios às “boas” mães... Além disso, havia promessa de igualdade para elas (na divisão dos trabalhos, entre o âmbito público do homem e privado das mulheres) e de felicidade na maternidade. A sedução, assim, vinha através de uma promessa de novas possibilidades:

*Inconscientemente, algumas delas perceberam que ao produzir este trabalho familiar necessário à sociedade, adquiriam uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera. Acreditaram nas promessas e julgaram conquistar o direito ao respeito dos homens, o reconhecimento de sua utilidade e de sua especificidade. Finalmente, uma tarefa necessária e ‘nobre’ que o homem não podia, ou não queria, realizar. Dever que, ademais, devia ser a fonte da felicidade humana (Badinter, 1985, p. 147).*

O acesso à educação por parte das mulheres veio pelo empoderamento como mães: a preocupação não era com as mulheres, mas com as educadoras das crianças. As mulheres se afirmaram então como “função”: de esposa<sup>37</sup> e de mãe. Elas passaram a existir somente em relação ao outro (Badinter, 1985, p. 25):

*... é uma personagem relativa e tridimensional. Relativa porque ela só se concebe em relação ao pai e ao filho. Tridimensional porque, além dessa dupla relação, a mãe é também uma mulher, isto é, um ser específico dotado de aspirações próprias que frequentemente nada têm a ver com as do esposo ou com os desejos do filho.*

Dizer que as grandes transformações sociais e econômicas, no século XVIII, com sua nova percepção das diferenças entre homens e mulheres, criaram um ideal de maternidade e a naturalização de um “sentimento materno”, não quer dizer que muitas mães não tenham amado seus filhos em séculos anteriores, mas sim que esta atitude nunca foi universal.

<sup>37</sup> Em fins do século XVIII e início do XIX, firma-se também um ideal de casamento burguês, cujo ponto culminante seria a procriação.

Faz-se mister pensar, também neste sentido, as especificidades da chegada de tais ideais no Brasil colônia e que configuração tomaram no encontro com as culturas indígenas e negras, presentes também no país. Del Priore (2009) traça este histórico no Brasil colonial, apontando a forte misoginia e um profundo desejo de normatizar as mulheres: “o enorme interesse emprestado à domesticação da mulher revelava também o consenso masculino sobre o poder civilizador da maternidade” (p.15). Tratou-se de uma domesticação que visava ao processo de povoamento, em um projeto demográfico que preenchesse os vazios das terras recém-descobertas, tendo a Igreja Católica e, posteriormente, a Medicina, importante papel.

A diversidade de situações entre as mulheres era grande, ou seja, havia situações distintas para mulheres brancas livres e negras escravas, por exemplo. Estas últimas ademais de terem que dispor de seus corpos para o desejo do homem branco, eram tidas como um “investimento”, pois além do prazer sexual proporcionado, podiam aumentar com seu ventre, via procriação, o número de escravos de um senhor. Infelizmente, a maior parte destas histórias se perdeu pela falta de registro. Del Priore (2009) aponta que havia uma preocupação moral com as proles frutos da miscigenação, as quais eram tidas como ilegítimas e perigosas. Os bastardos eram, em sua maioria, crianças negras. Aqui o patriarcalismo mostrou sua face sexista e racista.

Em geral, o que se percebe é que a pessoa da mulher ficou cada vez mais subsumida nas funções maternas e domésticas (de sua própria casa e/ou na casa de outras mulheres). A mensagem propalada é de que uma boa mãe deveria se apagar em favor de suas responsabilidades para com seus filhos, com a promessa de felicidade. A partir de então, não amar os filhos tornou-se um crime, uma aberração, a qual deveria ser evitada, ou sendo impossível, disfarçada. Por outro lado, a mãe foi cada vez mais sacralizada: criou-se uma associação de um novo aspecto místico à maternidade, a de santa.

Se, em um primeiro momento, o discurso ideológico utilizado foi o do instinto materno, a partir da década de 1920, esse foi sendo substituído pelo da “maternidade científica”, ou seja, “o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas” (Freire, 2006, p.45). A autoridade das comadres, mães, tias, avós, foi substituída

pela palavra do médico, em primeiro lugar, e depois pelos especialistas dos cuidados infantis, dentre os quais os psicólogos e psicanalistas. Freire (2006) aponta o caráter ambivalente desta nova configuração da maternidade:

*A ideologia da maternidade científica significou para as mulheres um reforço à sua condição de mãe, transformando a maternidade em profissão feminina, objeto de formação técnica específica. Como a prática da maternidade nesses novos moldes exigia inserção no universo científico, esse aspecto a aproximava do mundo masculino racional, deslocando-a da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo status. Deslocamento que mantém certa tensão interna, pois atualizava em substância a função maternal, sem ao mesmo tempo desconsiderá-la como inerente à natureza feminina. (Freire, 2006, p. 50)<sup>38</sup>*

Ou seja, a partir de 1920, o ideal de amor (espontâneo) da mãe pelo filho persiste (Thomaz, 2015), mas entende-se que precisa ser burilado e supervisionado pelos especialistas (médicos, educadores, políticos, economistas, pedagogos e profissionais *psis*).

Além disso, o ideal de maternidade passa a ser veiculado por propagandas de modo em geral. Há uma “transferência gradativa do aprendizado da maternagem de um ambiente doméstico, familiar, tradicional e feminino para um ambiente público, midiático, científico e masculino” (Thomaz, 2015, p.4). Se no início do século 20 a representação da imagem da mulher era diretamente relacionada à felicidade da família e como responsável por seu bem estar (e por servir ao homem), no final desse século, pode-se observar mudanças, mas com a persistência do valor da maternidade, vendida como a realização da mulher, sem rachaduras em que se possa perscrutar qualquer rasgo de insatisfação, sofrimento, frustração ou não-desejo de ser mãe. A mãe representada é sempre uma mulher feliz com essa função. A diferença é que agora, além do filho e da família, ela precisa cuidar de si mesma (sobretudo fisicamente) e de sua carreira profissional. O território midiático (nutrido pelos discursos dos especialistas, tais como pe-

<sup>38</sup> Para esta autora, a maternidade representou para muitas mulheres das classes média e alta urbanas um meio de emancipação e de acesso à educação, à atividade filantrópica e atividade profissional.

diatras, psicólogos, pedagogos, etc. e ao mesmo tempo nutridor deles) alimenta cotidianamente o imaginário social (Thomaz, 2015), mas não só isso, constitui-se em verdadeira “tecnologia de gênero”.

Este foi um termo cunhado por Teresa de Lauretis (1984) e refere-se às tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana que possuem a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres, promovendo o engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis. Ou seja, engendram modos e processos de subjetivação, criam e reafirmam modos de sentir e de (se) perceber.

Abaixo apresentamos um exemplo de propaganda atual de mulheres exercendo o papel da maternidade. Trata-se de um banner da campanha de amamentação do Ministério da Saúde e foi afixado nas maternidades em todo o Brasil. Se prestarmos atenção na imagem, podemos perceber uma mulher linda (penteada, maquiada, magra- como poucas mulheres conseguem estar com um bebê), sorridente e feliz, amamentando uma criança. Sua expressão demonstra contentamento e satisfação. Não há lacunas nas quais apareçam insatisfação, cansaço, arrependimento (de ter engravidado e dado continuação à gestação), raiva, ou mesmo dor. A mensagem é clara: uma “verdadeira mulher-mãe” não sente ambivalência e se compraz em amamentar a sua cria.

**Figura 2-** Campanha publicitária do Ministério da Saúde/Brasil, em 2012, com o intuito de incentivar o aleitamento materno.



Onde é representado o mal estar da maternidade? Ou o não desejo de ser mãe? Este silêncio e invisibilidade parecem existir não apenas no campo midiático, mas também em outro campo onde as diferenças poderiam e deveriam ser acolhidas: no campo da Psicologia. Para adentrarmos nessa questão, precisaremos antes aprofundarmo-nos na relação entre tecnologias de gênero e processos de subjetivação.

### **TECNOLOGIAS DE GÊNERO E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: O DISPOSITIVO MATERNO E OS DESAFIOS PARA A PSICOLOGIA**

A palavra “gênero” pode ser compreendida em sentidos diferentes. Ela foi tomada historicamente pelo menos em duas acepções. Primeiro, na década de 1960/70, como papel social construído sobre a existência supostamente inquestionável de diferenças sexuais entre homens e mulheres. Por exemplo, o papel dos cuidados domésticos para as mulheres e o papel de provedor para os homens.

Em um segundo momento, a partir do final da década de 1980, a palavra foi definida como “performance(s)”, pela filósofa Judith Butler (2012). Inicialmente, a autora criticou a ideia de identidade de gênero, compreendida como uma entidade fixa, imutável. Para ela, o gênero é fluido. Além disso, seria impossível ter acesso ao sexo/corpo fora de uma leitura de gênero (da cultura). Aqui não se trata de negar que existam diferenças corporais (pois elas existem aos montes, mesmo entre duas mulheres ou dois homens), mas antes de apontar como e porque exatamente estas diferenças foram tomadas de uma determinada forma, para justificar espaços sociais de maior ou menor empoderamento. O acesso ao corpo seria, assim, desde sempre interpretado pela linguagem e pela cultura, configurando uma percepção que nunca é “pura” ou neutra. Como vimos, a diferença foi traduzida em oposição e desigualdade. O que Butler destaca então é que a diferença sexual é uma construção de gênero.

Em sua perspectiva, gênero seria uma repetição estilizada de performances (Butler, 1990). Estas performances são interpeladas desde que nascemos. São como *scripts* de uma peça de teatro, na qual cabe certa liberdade na execução, mas com limites. Há uma microfísica do poder a garantir estas performances e sua manutenção. Quando esses *scripts*

não são performados, há outras formas de controle punitivo, desde os mais brandos (como os xingamentos<sup>39</sup>) à prisão.

Um dos principais mecanismos de incitação das performances gendradas são as tecnologias de gênero. Dentre elas, como vimos, encontramos as propagandas, os filmes, as músicas. Atualmente, as tecnologias de gênero têm provocado dois aspectos naturalizados e considerados como fundamentais para a “plena” realização de uma mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno). Estes se constituem como os caminhos privilegiados de subjetivação existentes em nossa cultura para elas (Zanello, 2016).

Dizer que as mulheres se subjetivam hoje, em nossa cultura, pelo dispositivo amoroso, implica em dizer que as mulheres se subjetivam em uma relação consigo mesmas mediadas pelo olhar de um homem que as escolha. A metáfora que criei para compreendermos esta ideia é a da “prateleira do amor”. Dito de outra forma: as mulheres se subjetivam na prateleira do amor. Sua autoestima é constituída e validada pela possibilidade de “ser escolhida” por um homem, para se tornar, de “verdade”, uma “mulher”<sup>40</sup>. Esta prateleira é regida por um ideal estético, o qual vem se construindo desde o começo do século passado e possui a característica de ser branco, louro, jovem e magro (Del Priore, 2000; Novaes, 2006). Quanto mais distante desses ideais, maior o impacto sobre a autoestima das mulheres e maiores são as chances de se sentir “enclachada”, ficando em posições mais desfavoráveis na prateleira. Por outro lado, por mais que momentaneamente uma mulher se encontre em uma suposta “boa” posição, continua ainda vulnerabilizada, pois está fadada a envelhecer, engordar, “ficar fora do mercado”.

Ser subjetivada na prateleira do amor torna as mulheres extremamente vulneráveis, visto que, se é necessário “ser escolhida”, nem sempre importa tanto quem as escolha. Isso empodera os homens, os quais são erigidos como avaliadores<sup>41</sup>. Eles são os maiores beneficiários do dispositivo amoroso das mulheres. Além disso, subjetiva as mulheres em uma relação de rivalidade com as demais: para ser passível de ser escolhida, preciso brilhar mais ou apagar o brilho alheio. O amor (ou essa forma de amar) é algo identitário para as mulheres, diferentemente do que ocorre com os homens<sup>42</sup>. Não me estenderei nesse tópico,

39 Pesquisei por quase uma década o tema xingamentos e relações de gênero. Consultar: 1) Zanello, V.; Bukowitz, B.; Coelho, E. (2011); 2) Zanello, V.; Gomes, T. (2010); 3) Zanello, V.; Romero, A. C. (2012).

40 O parâmetro é sempre a heterossexualidade compulsória.

41 Quem avalia os homens são os próprios homens. Inclusive esta é uma prova importante para a masculinidade. Ver Zanello (2016).

42 Com isso não quero dizer que os homens não amam, mas que não se sentem incompletos ou infelizes por não estarem amando, ou sendo amados, ou em uma relação amorosa, seja qual for. Se estão solteiros, investem em muitas oportunidades de usufruir a vida, nas relações de amizade, no trabalho, em viagens, etc. Em nossa cultura, em geral, os homens aprendem a amar muitas coisas e as mulheres aprendem a amar os homens. A relação monogâmica heterossexual implica quase sempre esta dissimetria de investimentos e dedicação (Zanello, 2016).

mas aos leitores interessados, sugiro consultar outros artigos e vídeos já publicados<sup>43</sup>.

Uma das chancelas de sucesso no dispositivo amoroso, além do ser escolhida (e se casar), é o tornar-se mãe dos filhos de um homem. Muitas mulheres entram na maternidade através do dispositivo amoroso. Trindade & Enumo (2002) apontam justificativas que os participantes de sua pesquisa apresentaram para o fato de uma mulher não poder ter filhos, ser um problema. A principal delas foi a “naturalização”, seguida pelo “casamento”.

A naturalização se deu tanto sob a ótica natural/biológica, quanto do valor social da maternidade. Exemplos de falas dos participantes, apresentados pelas autoras (Trindade; Enumo, 2002): “... as mulheres têm instinto materno, necessidade de ser mãe”; “Porque o sonho de toda mulher é ter um filho”(solteira); “Porque as mulheres querem filhos querem ter bebês para criar, amar, dar carinho” (casada sem filhos); “... é triste, a realização da mulher é pelo filho, independente de ser casada. Faz parte da mulher” (casada sem filhos); “... nós mulheres nascemos com esse dom de gerar, de dar à luz. Mesmo quando criança a menina brinca com boneca, fantasiando ser sua filhinha. Então é uma coisa que já faz parte da identidade da mulher” (casada com filhos).

Na categoria “casamento” foram incluídas falas que apontavam ser o filho necessário para a felicidade ou manutenção do casamento. Exemplos de falas foram: “Porque senão o marido vai procurar outra que dê um filho a ele” (casada sem filhos); “Porque senão o casamento acaba. O filho serve pra quebrar a rotina” (casada com filhos); “...a mulher é muito romântica, então quando encontra o homem que ama, quer ter um filho seu com ele, dar essa felicidade a ele. Ter um filho é algo que só ela pode”.

As autoras concluem, em relação às mulheres, que “como crença e como prática, ainda hoje se concebe o filho como recurso para ‘segurar seu homem’ ou como exigência para a legitimação do casamento” (Trindade; Enumo, 2002). Persiste, portanto, uma versão romântica e idealizada do valor social da maternidade.

Como houve uma naturalização das funções sociais historicamente atribuídas às mulheres (dedicação, docilidade, abnegação, sacrifício), maternidade e feminilidade se tornaram sinônimos. Segundo Mansur (2003), o tema

<sup>43</sup> Zanello (2016). Consultar vídeos na página <https://saudentalegenero.wordpress.com/>

da maternidade mobiliza as mulheres, pois elas sabem que não ter filhos, por opção, circunstância ou impedimento, implica em desviar-se de uma norma secular e instaurar uma significativa diferença. É como se ela não se realizasse por inteiro. Em geral, são excluídas e estigmatizadas como mulheres “tristes e incompletas” (Trindade; Enumo, 2002). Além disso, são colocadas em xeque identitariamente como mulheres (“de verdade”): expostas às políticas simbólicas que tentam direcioná-las para a maternidade, acabam encarando a maternidade como destino e completude. Não ter um filho pode trazer, portanto, o sentimento de que falta algo fundamental, causando profundo sofrimento: “A maternidade é tão fundamental para a noção de feminilidade que a reorganização da identidade ameaçada leva tempo para ser alcançada” (Mansur, 2003, p. 10).

Apesar de as pesquisas de Mansur e Trindade & Enumo (2002) terem sido realizadas, respectivamente, nos anos de 2002 e 2003, o relatório do IPEA, divulgado em 2014, parece confirmar a persistência destas crenças e valores. Foi realizado um grande levantamento em todo território brasileiro, cujos resultados apontam que 78,7% dos participantes (homens e mulheres) concordam total ou parcialmente que “Toda mulher sonha em se casar” e quase 60% acredita total ou parcialmente que “Uma mulher só se sente realizada quando tem filhos”. Aqui dispositivo materno e amoroso aparecem entrelaçados.

Segundo Kehl (1998),

*Maternidade e casamento significariam uma espécie de ponto de chegada para a mulher, a partir do qual nada mais é esperado dela, nem no plano erótico nem no sublime; no erótico é como se a feminilidade não tivesse qualquer outra função depois de ter cumprido seu único objetivo, a conquista de um homem que lhe desse filhos” (p. 261).*

A maternidade é idealizada como um salto “qualitativo” na vida da mulher, além de levá-la à conquista de benefícios psicológicos e sociais (Trindade; Enumo, 2002).

O dispositivo materno diz respeito, assim, a um lugar de subjetivação no qual as mulheres são constituí-

das como cuidadoras “natas”. Como vimos, e este é o foco do presente artigo, esse dispositivo se construiu historicamente, sobretudo a partir do século XVIII, momento esse no qual a capacidade de maternagem foi compreendida como desdobramento da capacidade de procriação. As mudanças culturais que se operaram não foram apenas externas, mas demandaram mudanças subjetivas. Foucault (1996) aponta ter havido a passagem de um poder repressivo a um poder constitutivo. Das retaliações da Igreja, por exemplo, no século XVIII às mães que abandonavam seus filhos ou deles não cuidavam com o devido esmero, algo novo se produziu: a culpa materna. Houve uma colonização dos afetos, traduzindo sua vitória no sentimento de culpa das mulheres. Esse, tão constante na fala daquelas que são mães nos dias atuais, é o sintoma de que a interpelação de certas performances e subjetivação pelo dispositivo materno deram certo. Assim, as mulheres se culpam, quando mães, por cuidarem demais, por cuidarem de menos, por não cuidarem. Culpam-se também por não desejarem ser mães, quando descobrem uma gravidez; por se arrependem de ter tido um filho (apesar de muitas vezes amá-lo, ambivalência); por não se disponibilizarem a cuidar dos outros.

Esse último é um aspecto importante, pois, ainda que uma mulher não tenha seus próprios filhos, ela é vista como naturalmente cuidadora (capaz de “maternar”), podendo e devendo empregar esse “dom” no cuidado de outras pessoas: dos pais, irmãos, sobrinhos, doentes da família, etc. Além disso, esse “cuidado” se desdobra em uma naturalização dos cuidados domésticos, cabendo a elas, também, em grande parte, até hoje, os serviços de casa<sup>44</sup>. Uma mulher que não priorize o cuidado com os outros (filhos, marido, família), geralmente é julgada como egoísta, fálica e outros termos que, no uso, adquirem um caráter pejorativo.

A seguir, selecionamos uma imagem para exemplificar o funcionamento do dispositivo materno nas mulheres<sup>45</sup>.

Na imagem ao lado (paródia), vemos como a maternidade provoca o dispositivo materno das mulheres em um sentido bem específico. A maternidade é uma questão identitária para as mulheres, de uma maneira que a paternidade geralmente não o é para os homens<sup>46</sup>.

**44** Segundo o IBGE (2012), 94,85% das mulheres exercem dupla jornada (trabalham fora e dentro de casa), contra somente 5,2% dos homens. O IBGE aponta ainda que a média de horas semanais gastas com trabalho doméstico para as mulheres é de 27,7 h, enquanto homens trabalham apenas 11,2h.

**45** Os homens se subjetivam, em nossa cultura, pelo dispositivo da eficácia, o qual se baseia na virilidade sexual e laborativa. Não adentraremos nessa discussão por não tangenciar o objetivo do artigo. Leitores interessados podem consultar Zanella (2016).

**46** Um homem que abandone seus filhos, não será definido existencialmente por esse ato. Uma mulher que abandone seus filhos deverá guardar segredo sobre isso, sob pena de severo julgamento moral social. Por outro lado, uma mãe dedicada e abnegada será visto como algo “normal” e esperado; já um pai dedicado, receberá elogios e admiração social, pois está além do que se acredita ser normal esperar de sua performance. Os homens são demandados identitariamente pelo dispositivo da eficácia, baseado na virilidade sexual e laborativa. Ver Zanella (2016).

**Imagem 3-** Imagem retirada do Facebook (sem assinatura ou identificação de quem a criou). Podemos ver claramente como maternidade e paternidade interpelam diferentemente mulheres e homens. A maternidade é uma questão identitária para as mulheres. Já a paternidade, para os homens, envolve aspectos de outra ordem. O que se incita neles é a performance de “ser provedor”, dentro do dispositivo da eficácia. Não ser pai, ou um ser um pai ausente, não os coloca em xeque identitariamente.



Como sublinhamos, não há espaço na mídia para a representação dos sentimentos de ambivalência, raiva, cansaço, frustração das mulheres quando mães. Ou do não desejo de sê-lo. A maternidade é pintada a partir de um ideal que não distingue a mulher real ao encontro de uma função que se delineou social e historicamente nos últimos séculos e que tem sido marcada por uma sobreposição de tarefas, muitas das quais, inclusive, a mulher não pode controlar (por exemplo, a formação da personalidade da criança). A Psicologia também deu o seu quinhão na construção dessa maternidade, sobretudo através da ideia de higienização e do controle dos afetos, ao prescrever o que seria uma “boa mãe” e os efeitos “nefastos” de uma mãe má.

Segundo Mansur (2003) e Caplan (2012), na Psicologia, em geral, as pesquisas se fixam sobre gravidez, maternidade e relação mãe-filho, raramente abordando (enfocan-

do) o (des)encontro da pessoa da mulher com a função da maternidade. As autoras apontam a invisibilidade e a ausência de problematização desta questão nas teorias *psís*.

Parte-se de certo pressuposto psicologizante que serve para naturalizar a maternidade nas mulheres e patologizar aquelas que não querem e escolhem não ser mães. Neste sentido, pouco se fala sobre as mulheres que optaram por não ter filhos:

*... muitas vezes, foi atribuído ao fenômeno da não-maternidade um caráter de homogeneidade que não corresponde à realidade das mulheres sem filhos e que promoveu generalizações indevidas; outras vezes, não houve preocupação em contemplar os componentes socioculturais envolvidos, priorizando apenas as características intrapsíquicas das mulheres estudadas e utilizando referenciais teóricos considerados ultrapassados (Mansur, 2003, p. 5).*

Além disso, há uma patologização da infelicidade e insatisfação das mulheres no exercício da maternidade, parece não haver espaço para ouvir esse mal estar. Quando se fala de maternidade, na Psicologia, a ênfase é quase sempre a preocupação com a criança e os efeitos da mesma sobre sua constituição.

Caplan (2012) realizou, neste sentido, um interessante levantamento de todas as publicações envolvendo o tema da “maternidade” nos últimos 10 anos, pela APA. De todos os artigos levantados, uma média de 60% apontavam as consequências da maternidade sobre a criança (e não sobre a mulher encarregada desta função). Além disso, na análise destes artigos, Caplan encontrou uma patologização das mães que, quando cuidadosas eram lidas como intrusivas e, quando não tão cuidadosas, eram vistas como negligentes. A conclusão é de que a maternidade era interpretada, quase sempre, como problemática e causadora de diversos distúrbios psicológicos. A autora listou, ao final de sua pesquisa, 72 transtornos mentais indicados como decorrentes da maternidade. Isso nos faz lembrar o apontamento de Badinter (1985) de que

*...os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos. Essa nova responsabilidade parental, que já encontrávamos entre os reformadores católicos e protestantes do século XVII, não cessará de se acentuar ao longo de todo o século XIX. No século XX, ela alcançará seu apogeu graças à teoria psicanalítica. Podemos dizer desde já que se o século XVIII a confirmou, acentuando a responsabilidade da mãe, o século XX transformou o conceito de responsabilidade materna no de culpa materna (Badinter, 1985, p. 179)*

47 Apesar de certas abordagens no campo *psi* discordarem teoricamente da ideia de instinto materno, ainda se pode ouvir dos clínicos “não é só a criança que nasce, mas a mãe” ou “quando a criança nasce, nasce também a mãe”. Parece-me que estas frases operam analogias falsas, pois o sentido do verbo “nascer” para o bebê (fisicamente) é bem diferente do sentido do verbo “nascer” para a mulher que vira mãe. Esta última tem que se submeter a certas regras que, de um lado, colocam em xeque a necessidade de abrir mão de sua liberdade anterior (não porque seja natural, mas como já apontamos, é a construção ideal deste momento histórico) e, por outro, que não se ressintam por serem sobrecarregadas de tarefas ditas “maternas”. De preferência, que se sintam felizes e plenas.

Edmonds (2012) sublinha, neste sentido, o quanto a crença cultural pervasiva de que as mães são o único ou principal fator causal ou responsável pelo mau comportamento dos filhos ou de seus problemas psicológicos persiste e tem uma história. A autora analisou meta-criticamente, sob uma perspectiva feminista, várias teorias clássicas no campo da psicopatologia/saúde mental, apontando o quanto psicólogos e outros profissionais de ajuda participaram na construção da “culpa materna”, sobretudo através da teorização etiológica das psicopatologias ou transtornos mentais infantis, nas quais se compreende as mães como causa primária dos distúrbios psicológicos. Apesar de haver vários fatores possivelmente envolvidos, além de uma particularidade de cada criança, a mãe é apontada como o fator principal na formação daquela criança. Não se leva em consideração, portanto, outros fatores que influenciam a infância. Este tipo de literatura técnica acaba por se constituir como tecnologia de gênero na formação dos clínicos e em sua escuta, o que os leva a reproduzirem como *fato* esta construção ideológica. Note-se, neste sentido, os poucos ou quase inexistentes estudos acerca dos efeitos psíquicos sobre as mulheres do encontro com esta função idealizada (e, para parte das mulheres, pesada) da maternidade.

Segundo Edmonds (2012), esta ideologia opera baseada em duas crenças: a primeira, de que cuidar e nutrir emocionalmente uma criança de forma altruísta é algo simples, visto que “natural” e instintivo para as mulheres<sup>47</sup> e, segundo, que este cuidado pode ser dado independentemen-

te das necessidades da própria mãe: de sua segurança e saúde emocional. Neste sentido, além de não se perguntar sobre as condições nas quais a mulher é convocada a perfomar o papel materno, não se fala tampouco sobre os pais. Como aponta a autora, em geral estes são retratados como passivos, almas sem esperança aguardando compaixão desde que estariam “dominados” pela mesma “mulher má”, assim como a criança. Mesmo em casos onde há violência contra a mulher, ela é culpabilizada tanto da relação com o filho quanto com a relação conjugal: cabe a ela convocar aquele pai que ali “deveria” aparecer.

O homem é desresponsabilizado de suas performances, eles são poupados, assim como no patriarcado em geral, de avaliações, mesmo pelas teorias psicológicas. As mães são vistas quase como onipotentes e intencionais no seu repúdio ou dificuldade de exercer a maternagem. Elas não aparecem como sentindo-se sozinhas, com medo, necessitadas, frustradas e sem suporte<sup>48</sup>. Além disso, mesmo quando os autores utilizam o termo “pais que rejeitaram a criança”, Edmonds (2012) sublinha que se refere quase sempre às mães. O resultado é um sentimento de culpa, falha e ansiedade, presente comumente nas mulheres que se tornaram mães.

Aqui gostaria de propor duas situações imaginárias para ilustrar essas ideias aos leitores. A primeira delas: imagine que a mãe de um bebê de três meses busque atendimento de um profissional da Psicologia, com a queixa de não sentir nenhum prazer com os cuidados com aquela criança. O marido divide as tarefas, eles possuem boa condição financeira, mas ela não se sente realizada com a nova situação de vida e, muitas vezes, lamenta ter tido aquele bebê. Quais seriam as chances dessa mulher ser ouvida sem um julgamento clínico através de uma psicologização (De Vos, 2013)? Em geral, a leitura será a busca de algo na vida dessa mulher que justifique a insatisfação (problemas na infância, problema com a própria mãe, problema com a própria “feminilidade”, etc). Se ela apresentasse grande satisfação, o profissional buscaria razões para tamanha alegria? Isso mostra o quanto este ideal é introjetado nos profissionais em geral. Proponho que, se a construção da maternidade é social e histórica, a constituição desta vivência deve ser pensada e problematizada em todas as situações, sob a perspectiva das relações de gênero.

<sup>48</sup> Mesmo em situação cuja demanda é altíssima, como em casos de mães de autistas ou esquizofrênicos.

Segunda situação: imaginem que uma mulher em seu segundo mês de gravidez busque apoio psicológico, pois, em crise, não sabe como ter clandestinamente acesso aos meios abortivos. Ela é uma profissional estabelecida, tem um relacionamento estável, mas não quer ser mãe. Que tipo de escuta, em geral, ela encontraria? Não haveria uma leitura de um “egoísmo” ou “imaturidade” por parte desta mulher? Dentre outras leituras, não seria “uma resistência a desabrochar nela a mulher?”, “Deixar de ser filha para se tornar mãe?”<sup>49</sup>.

49 Frases proferidas por profissionais da Psicologia, em supervisão clínica.

50 A infertilidade carrega concepções estigmatizantes para a mulher, tais como tristeza, frustração, cobrança dos outros, solidão, pessoa inferior, etc. (Trindade & Enumo, 2002).

51 Faz-se mister enfatizar as profundas mudanças que se operam na vida das mulheres depois que essas tenham parido. Como vimos, trata-se de um acréscimo de responsabilidades, o qual se operou nos últimos um século e meio. No entanto, estas mudanças podem ser amenizadas por diversos fatores, como o econômico. Mulheres com maiores recursos podem sofrer menos as consequências destas mudanças e se adaptar mais facilmente à nova situação. Um exemplo seria a possibilidade de contar com o auxílio de creches, babás e enfermeiras. Ou seja, não podemos esquecer que a maternagem encontra-se em uma encruzilhada na qual se encontra a interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

O que se percebe é a ausência, na Psicologia, de problematização da construção cultural da maternidade e do (des)encontro das mulheres com a mesma. Fazendo uma analogia com a ideia de Camus (2010), no Mito de Sísifo, quando destaca que o suicídio coloca em xeque o valor e o sentido da vida, podemos apontar que a opção pela não maternidade talvez questione a naturalidade e o mal estar da maternidade na contemporaneidade. Não querer ter um filho é diferente de querer e não poder<sup>50</sup>, implicando fatores psíquicos que merecem e precisam ser melhor investigados pela Psicologia, em uma perspectiva de gênero.

A Psicologia acaba por se constituir como sentinela dos valores da maternidade e se assegurar como poderosa tecnologia de gênero. No entanto, Smith e Morrow (2012) sublinham a necessidade de se ouvir melhor estas mulheres que não querem ter filhos ou aquelas que sentem desprazer na maternidade, com o intuito de convidá-las a serem produtoras de um conhecimento a partir de suas experiências, mais do que ouvir seus relatos a partir de conceitos predefinidos e cada vez mais medicalizados, como por exemplo, sob o signo da “depressão pós-parto” nos casos de maternidade infeliz<sup>51</sup>.

Se em outras ciências os estudos de gênero produziram desdobramentos tanto epistemológicos quanto nas pesquisas, na Psicologia estamos ainda muito aquém destas possibilidades. O estudo sobre a(s) maternidade(s) e a maternagem é um destes temas com grande potencial de revisão crítica e construção teórica. Se as teorias “científicas” podem ser, elas também, tecnologias de gênero, mais do que nunca é necessária uma faxina epistemológica de nosso campo, colocando à prova a própria aspiração universal da noção de “maternidade”.

## Referência bibliográfica

---

Badinter, E. **Um amor conquistado- O amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Butler, J. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. In: Case, S.-H. (Org.). **Performing Feminisms: Feminist Critical Theory and Theatre**. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1990, p. 296-314.

Butler, J. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. (4ª edição). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Camus, A. **O Mito de Sísifo**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Caplan, P. J. Who decides if mothers are crazy? From Freud's Mother to Today's. In: Wong, G. (Org). **Moms gone mad: Motherhood and madness, oppression and resistance**. Bradford: Demeter Press, 2012, p.79-92.

De Vos, J. **Psychologization and the Subject of Late Modernity**. New York: Palgrave McMillan, 2013.

Del Priore, M. **Corpo a corpo com a mulher- Pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil**. São Paulo: SENAC, 2000.

Del Priore, M. **Ao sul do corpo. Condição feminina e mentalidades no Brasil Colônia**. São Paulo: Unesp, 2009.

Edmonds, R. The persistence and destructiveness of mother-blame in psychological Theory. In: Wong, G. (Org). **Moms gone mad: Motherhood and madness, oppression and resistance**. Bradford: Demeter Press, 2012, p.48-63.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

Freire, M.M. de L. **Mulheres, mães e médicos. Discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)**. Tese de doutorado. Fiocruz: Rio de Janeiro, 2006.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **PME**. Brasília, 2012. Retirado em 17/10/2016 de [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/Mulher\\_Mercado\\_Trabalho\\_Perg\\_Resp\\_2012.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf)

IPEA. **SIPS- Sistema de Indicadores de Percepção Social. Tolerância social à violência contra as mulheres**, 2014.

Kehl, M.R. **Deslocamento do feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

Lauretis, T. A tecnologia do gênero. In: Hollanda, H. B. **Tendências e Impasses- O feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, p. 206-242.

Laqueur, T. **Inventando o sexo- Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

Mansur, L.H.B. Experiências de mulheres sem filhos: a mulher singular no plural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 23, n.4, 2003, p. 2-11.

Novaes, J. V. **O intolerável peso da feiúra- Sobre as mulheres e seus corpos**. Rio de Janeiro: PUC/Garamond, 2006.

Smith, J.; Morrow, M. Mothers, madness and labour of feminist practice. Responding to women in the perinatal period. In: Wong, G. (Org). **Moms gone mad: Motherhood and madness, oppression and resistance**. Ontário: Demeter Press, 2012, p. 21-34.

Thomaz, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galaxia**, São Paulo, n.29, jun 2015, p. 155-166.

Trindade, Z.A.; Enumo, S.R.F. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. **Psicologia USP**, v. 13, n. 2, 2002. Acessado em 23/04/2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642002000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642002000200010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)

Zanello, V. Saúde mental, gênero e dispositivos. In: Dimenstein. M.; Leite, J.; Macedo, J.P.; Dantas, C. (Orgs.). **Condições**

**de vida e saúde mental em assentamentos rurais.** 1ed.

São Paulo: Intermeios Cultural, v. 1, 2016, p. 223-246.

Zanello, V.; Bukowitz, B. & Coelho, E. (2011). Xingamentos entre adolescentes em Brasília: linguagem gênero e poder. **Interacções**, v. 7, n. 17, 2011, p.151-69.

Zanello, V. & Gomes, T. Xingamentos masculinos: a falência da virilidade e da produtividade. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1-2, 2010, p. 265-80.

Zanello, V.; Romero, A. C. "Vagabundo" ou "vagabunda"? Xingamentos e relações de gênero. **Revista Labrys**, 2012. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosain.com.br/labrys/labrys22/libre/valeskapt.htm>> Acesso em: 21 setembro 2014.